

TECNOLOGIAS QUE AFETAM: OS USOS COTIDIANOS DE ARTEFATOS ELETRÔNICOS EM UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA

Lúcia Scalco

Doutora em Antropologia Social pela UFRGS, membro do CEGOV – Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (UFRGS) e coordenadora do GT: Políticas para Família, Geração e Gênero. Fundadora do Coletivo Antropológico, atuando principalmente nos seguintes temas: classes populares, inclusão digital, novas formas de apropriação das informações e do conhecimento na sociedade atual – englobando pirataria digital, juventude e consumo.

Marco Ribeiro

Mestrando do Curso de Ciências Sociais da PUCRS e membro fundador do Coletivo Antropológico; uma articulação entre acadêmicos de diversas instituições de ensino superior (em diferentes estágios de formação) que trabalham em parceria com os moradores do Morro da Cruz, inclusive em suas formas associativas, no desenvolvimento de pesquisas e diálogos.

RESUMO

Este artigo analisa o resultado de atividades etnográficas em uma vila de Porto Alegre realizadas desde 2006. Optamos por descrever a trajetória da família Silva e a forma como os artefatos tecnológicos (especificamente computadores, tablets e celulares) afetam suas vidas e também a nossa enquanto pesquisadores. Pretendemos discutir a “inclusão digital”, tema que no início do século era uma espécie de “chave” para o desenvolvimento de comunidades de baixo poder aquisitivo. Apostava-se na ideia de que uma ampliação massiva do número de equipamentos e usuários era uma forma de promover também inclusão social. Após uma década, o resultado é que o pouco de desenvolvimento tecnológico que se vê no lugar é fruto de interações que acontecem à margem das ações e políticas governamentais, muitas vezes tensionando as fronteiras entre o legal e ilegal. A utilização desses artefatos se fez através de processos individuais,

entre vizinhos articulados em circuitos de trocas, e através de redes que captam doações (equipamentos descartados) e que fomentam o desenvolvimento dessas formas de fazer local. Essas práticas produzem os fuçadores, que são os “técnicos” locais. Além disso, com os circuitos de trocas e as redes sociais (via gatonet), percebemos que essas tecnologias fizeram com que vizinhos que praticamente não se relacionavam fizessem contato. As redes sociais no contexto local aproximaram pessoas que estavam fisicamente próximas, mas que simplesmente não se falavam. Por outro lado, com a ausência de políticas públicas, apesar dos conhecimentos em tecnologia, a nova geração tem muita dificuldade em conseguir emprego fora da vila, pois, ainda que incluídos digitalmente, permanecem excluídos socialmente.

Palavras-chave: Inclusão digital. Classes populares. Etnografia.

ABSTRACT

Technologies that Affect: the everyday uses of electronic devices in an ethnographic perspective.

The present paper analysis the results of the ethnographic work that has been done since 2006 in a slum community of the city of Porto Alegre, in south Brazil. In this article we chose to describe the Silva family's trajectory and the ways technological devices (more specifically computers, tablets and cell phones) affect their lives and also ours as researchers. We intend to discuss “digital inclusion”, topic which in the beginning of the century became “key” to the development of communities of low acquisition power. Then it was believed that the massive amplification of the number of equipment and users was a way to promote social inclusion as well. A decade later the result is that the little technological development

seen in the community is the consequence of interactions that happen in the margin of government policies and actions, many times tensioning the borders between the legal and the illegal. The usage of such devices was done through individual processes, the interchange between articulated neighbors in exchange circuits and also through networks that receive donations (discarded equipment) and promote the development of local modes of production. These practices produce local “technicians” known as “fiddlers”. Besides, we realized that such exchange circuits and the frequent use of social media (accessed through hotwired power supplies) allowed neighbors who barely knew each other to be connected. Therefore one can say that the social networks in the local context brought together people that were previously physically close to each other but simply did not talk to each other. On the other hand, despite having more technological knowledge, the lack of public policies makes it difficult for the new generation of residents of that locality to find a job outside the community since being digitally included did not make them less socially excluded.

Keywords – Digital inclusion. Low class. Ethnography.

Introdução:

Este artigo analisa as práticas e apropriações da chamada “tecnologia digital”¹ pelos moradores no Morro da Cruz, bairro São José, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A intenção é contribuir para a discussão da chamada “inclusão digital” à luz de pesquisas antropológicas de cunho etnográfico, realizadas desde 2006. Está dividido em seis relatos (ocorridos entre 2006 e 2017), que chamaremos no presente artigo de *Memórias de Campo* (RABINOW, 1992) e que não estão sequenciadas em ordem cronológica, mas a partir da pertinência dentro da proposta deste artigo.

¹ Tecnologia Digital é um termo abrangente, e nesta pesquisa estamos nos referindo ao conjunto de tecnologias que permitem a aquisição, produção, armazenamento, processamento e transmissão de dados na forma de imagem, vídeo, texto ou áudio. A tendência é a chamada convergência tecnológica. O exemplo emblemático deste fenômeno é a fusão entre computadores e celulares (BARBOSA, 2005).

Ao utilizar os termos exclusão/inclusão, reconhecemos as limitações técnicas destas expressões e as condições teóricas conflitantes que elas produzem². Entretanto, uma vez que o presente artigo discute Políticas Públicas e que esses são jargões amplamente utilizados e já consolidados, entendemos que a Antropologia precisa dialogar com essa abordagem. As atividades em campo explicitam a necessidade de romper com os discursos moralizantes que rodeiam o tema e, de forma pragmática, prestar mais atenção nas formas de fazer inseridas no cotidiano das pessoas. Os usos de artefatos tecnológicos, especificamente computadores, tablets e celulares, têm uma presença central nas suas vidas, inclusive nos contextos de população de baixa renda. Esses dispositivos eletrônicos não fazem parte dos seus repertórios exclusivamente como máquinas, mas como objetos significantes, portadores múltiplos sentidos e usos. Artefatos afetivos aos quais manuseiam com considerável cuidado. Apesar da precariedade, típicos em lugares onde as condições de qualidade de vida são mínimas (agrupadas aqui na simplificação: renda, moradia, saneamento básico, saúde, educação), a tecnologia desempenha cada vez mais um importante papel na busca de soluções criativas para as suas muitas demandas.

Dentro do escopo do artigo também abordamos a importância da localidade e dos modos estruturantes da vida na comunidade – bairro, vizinhança, pátio, família – através dos quais os usos e sentidos do “computador” têm diferentes significados. Veremos que nas dinâmicas sociais locais, que denominamos “território de convivência”, o equipamento se insere dentro de uma trama que envolve reciprocidade, amor, sociabilidade, trabalho, família e prestígio.

Essa etnografia envolveu a trajetória de uma rede de homens da mesma família, mostrando outras dimensões da internet ao longo de vários anos.

² O termo “inclusão digital” e as categorias analíticas inclusão/ exclusão digital – quando usadas para os chamados grupos populares – precisam ser utilizadas com cuidado devido ao grande risco de reduzir a análise antropológica somente aos seus impactos da sociedade dominante, negando com isso qualquer positividade no modo de vida da população economicamente inferior (FONSECA, 2006).

Ainda que algumas tecnologias tenham ficado defasadas e que nem mesmo nesses espaços despertem interesse, permanecem os seus usos criativos que os sujeitos apresentados fazem da internet.

Observamos que essas pessoas, além de usarem a internet como ferramenta para coisas práticas da vida (emprego etc.), também a utilizam como um modo central de expressão nas suas vidas. Mateus encontra na internet uma maneira de divulgar seus desenhos; Paulo leva seus recados motivacionais para diversas plateias por meio de seus *PowerPoint*, e Clóvis não consegue ver a informática como separada de sua paixão pela música *rap* – algo que requer constantes *updates* nas suas competências técnicas para manter um bom produto. E, por meio do esforço de Alexandre, percebemos que os saberes técnicos são apenas um dos obstáculos à “ascensão socioeconômica”.

Portanto, podemos dizer que o computador pode ser “experenciado” também como uma ferramenta à disposição das paixões (pulsões)³, seja por meio do desenho, da música, da poesia ou do trabalho social. Prioridades sociais, artísticas e lúdicas que denominamos como “tecnologias que afetam”⁴.

Práticas e saberes que afetam

Computadores já foram “sofisticadas” e “dispendiosas” máquinas, com uso previsto para complexas tarefas em escritórios e laboratórios. Hoje fazem parte da vida de grande parte da população e, cada vez mais, se inserem no cotidiano da chamada parte considerada pobre.

Muitos são os desafios que surgem a partir da aquisição deste equipamento, principalmente para os adultos que não cresceram familiarizados com essas tecnologias. A introdução de um computador *em casa* é um pro-

³ No sentido usado por Norbert Elias (1993)

⁴ Entendemos aqui afeto a partir da perspectiva de Fravet-Saada (2005): “Se afirmo que é preciso aceitar ocupá-lo, em vez de imaginar-se lá, é pela simples razão de que o que ali se passa é literalmente inimaginável, sobretudo para um etnógrafo, habituado a trabalhar com representações: quando se está em um tal lugar, é-se bombardeado por intensidades específica (chamemo-las de afetos), que geralmente não são significáveis. Esse lugar e as intensidades que lhe são ligadas têm então que ser experimentados: é a única maneira de aproximá-los”.

cesso que não se esgota no ato de sua aquisição⁵. Nesse sentido, o que argumentamos é que esses artefatos afetam todas as pessoas de família de muitas formas. É preciso aprender a *mexer* no computador, o que implica “ligar-se” a uma rede de instituições (formais, informais), bens e redes sociais, que oferecem não apenas serviços, mas sociabilidades.

Há um importante *corpus* de trabalhos teóricos desenvolvidos sobre esse tema; destaco a contribuição da teoria do Michel De Certeau (2008), que se baseia na “ciência prática do singular” – pois foca-se e dá luz as astúcias sutis, táticas e resistências, ajudando a situar essas soluções e saberes que nossos informantes desenvolvem criativamente para acessarem o mundo digital, abrindo com isso “um espaço próprio numa ordem imposta” (DE CERTEAU, 2008, p. 341).

Essas práticas também podem ser lidas a partir do aporte da teoria da prática, desenvolvido especialmente por Bourdieu (2005) e Sherry Ortner (2006), que possuem como ponto de partida a relação entre estrutura e agência; a primeira servindo como uma espécie de condicionamento para explicar as ações dos sujeitos (mas sem determiná-la), e a segunda – *agency* – trazendo a capacidade de transformar as condições estruturais dadas (ORTNER, 2006). Essa capacidade de transformação nos interessa particularmente e, desse modo, vamos explorar o entendimento de *agency*, que se situa dentro da questão do poder, da dominação e da resistência.

A etnografia realizada problematiza as questões apresentadas (resistência e *agency*) e mostra como a chamada “inclusão digital” é regulamentada também por leis nacionais e internacionais que interagem na esfera local e nas chamadas “teias de relações” desses sujeitos.

Entendemos aqui que a perspectiva singular da inclusão digital a partir da etnografia em grupos populares é preciso tomar as experiências dos sujei-

⁵ Aquisição pode estar relacionada a um conjunto complexo de trocas que envolvem, necessariamente, o sentido produzido pelo “dom” (MAUSS, 20013). Grande parte dos equipamentos são doados, reciclados e renegociados no contexto local a partir de diferentes redes. Isso significa iniciar um novo “ciclo de vida” para o objeto, preservando suas funções anteriores e adquirindo novos usos locais.

tos aqui representados da mesma forma como Ortner aborda o conceito de *agency*. Dito de outro modo, a inclusão digital de grupos populares retrata ao mesmo tempo práticas de resistência e dominação (não necessariamente intencionais) – é em si mesma inclusão e exclusão.

Uma fonte particularmente inspiradora é a pesquisa de Abu-Lughod (2006), que abordou etnograficamente o impacto da televisão e os seus efeitos nas práticas culturais e sociais de um pequeno vilarejo no Egito. No seu artigo, a autora demonstrou como as mensagens vinculadas pela televisão são transformadas pelo modo como as pessoas vivenciam as suas experiências televisivas e pela realidade cotidiana. Ainda examina as reações dos espectadores ante à televisão e rejeita a premissa da linearidade na recepção dos conteúdos, identificando variações na chamada recepção. Ou seja, os públicos interpretam o conteúdo da televisão de uma maneira distinta dos objetivos dos criadores dos programas. E o caminho é a etnografia para conseguir acessar essas distintas lógicas.

Desse modo, vale o alerta de Rifiotis (2010) para não concebermos o ciberespaço como um “‘mundo paralelo’, permeado por realizações ‘não reais’, mas como mais uma dimensão das práticas e experiências cotidianas que compõe a cena social contemporânea” (RIFIOTIS, 2010, s/p). Esse autor faz parte de um grupo de pesquisa denominado “GrupCiber!”, que centra suas pesquisas em torno da abordagem etnográfica, posicionando os discursos e práticas sociais do ciberespaço e suas novas formas de sociabilidade e interações em primeiro plano a dimensão vivencial das experiências sociais analisadas. Esses estudos têm contribuído para a consolidação de um campo para o estudo e a compreensão da produtividade social *no* e *do* ciberespaço (RIFIOTIS, 2010, s/p). De fato, as práticas de interação cotidiana que nosso grupo de pesquisadores desenvolve em relação à rede apontam para uma multiplicidade de experiências que resistem a definições simplificadas.

Por fim, sabemos que existem importantes trabalhos antropológicos e pesquisas de outras áreas que estudam a chamada “inclusão digital” entre os membros das classes populares em diferentes centros públicos como *lan houses*, cibercafés, telecentros, ONGs, escolas etc. (SORJ; GUEDES, 2005;

BARROS, 2008; RIFIOTIS, 2008; PEREIRA, 2007; SILVEIRA, 2001). As dinâmicas sociais que se estabelecem nesses lugares públicos distinguem-se, porém, da nossa pesquisa, que teve como foco as casas dos sujeitos, proporcionando um contato e uma interação bem distinta de quando o usuário está acessando um computador que não é o seu. Uma jovem informante contou que apenas realmente aprendeu a mexer no computador quando ganhou o seu equipamento e que pôde, portanto, *fuçar*. Fuçar é central na experiência dessas pessoas, cuja formação se dá a partir do contato direto, da experiência transmitida de maneira informal e fragmentada. *Fuçar*, portanto, representa o desprendimento em relação ao objeto, um agir curioso e quase displicente (ao contrário de grupos sociais onde o computador é tratado como um objeto frágil, intocável e só passível de manipulação por especialistas).

Essa maneira simples de definir e especificidade deste aprendizado – que passa longe da visão convencional do ensino – a informática é apreendida na experiência cotidiana, nas diferentes tentativas e erros. E toda essa intimidade com a tecnologia só é possível porque se tem em casa o equipamento para *fuçar*. Não se trata aqui de inventariar as formas de “inclusão digital” existentes ou de esgotar os usos possíveis do computador por pessoas vivendo em bairros periféricos, mas de reforçar o argumento: compreender o que e como alguns sujeitos manipulam o computador, apontando, com isso, chaves que nos ajudem a compreender um processo muito mais complexo do que o que presente nos levantamentos oficiais.

Nosso estudo aponta não para um modelo fechado e único de apropriação, mas, ao contrário, para uma variedade de usos e sentidos, pois esse “novo” bem de consumo tem o seu significado produzido no fluxo da vida e em redes particulares de afetação em que circulam. Apresentaremos as histórias de uma família onde os homens⁶ se consideram, de alguma maneira, especialistas (ou pelo menos, bem capacitados) na área da informática. É

⁶ A manipulação dos equipamentos, no que pode ser descrito como um fazer técnico, é uma prática masculina. As mulheres, no caso, se mostram usuárias e interessadas em conhecer o equipamento. Neste artigo não trataremos as especificidades das questões de gênero encontradas em campo por questão de espaço.

possível observar que essas pessoas, além de usarem a tecnologia (incluindo a internet) como ferramenta para coisas práticas da vida (emprego, renda), têm suas vidas afetadas por esses dispositivos, que produzem possibilidades até então desconhecidas.

O gato: entre o público e o privado

As relações entre os espaços públicos e privados deflagram como essa parcela dos cidadãos continua à margem das políticas públicas, construindo, de fato, novos repertórios elaborados a partir de práticas históricas. O “gato” da era digital, em lugar do poste, usa uma antena.

Em termos de Políticas Públicas e acessibilidade às tecnologias digitais, fica difícil identificar alternativas para as periferias das grandes áreas metropolitanas. No Morro da Cruz, por exemplo, em pleno 2017, o acesso à internet ainda é precário e difícil. Sem a ação do governo e, por outro lado, sem o interesse das grandes empresas que detêm o “controle” desses serviços, milhares de pessoas simplesmente não têm como acessar a internet (ainda que paguem). Porém, graças às “soluções” locais, é possível construir entendimentos do quanto é necessário – tanto do prisma social quanto do econômico – difundir o uso das tecnologias digitais. Essa prática nos leva a refletir sobre a própria noção de clandestinidade, por exemplo. Como essa trama situa-se nas fronteiras do lícito e do ilícito como nos mostram os estudos de Vera Telles (2006)? São os *fuçadores* que, através de seus esforços, conseguem “trazer a internet” para o morro, e assim muitas pessoas da comunidade podem se conectar. A pirataria aqui deve ser pensada, também, a partir da ideia de sociabilidade e/ou “inclusão” de várias formas. Portanto, os “piratas” devem ser tratados, considerando a problemática envolvida, como agentes sociais que desempenham um papel que nem o Estado, nem a iniciativa privada cumprem. Esses sujeitos, sem “reificação” e sem “demonização” das suas ações, são “empreendedores sociais locais”. Entendemos que produzem efeitos no lugar e nas pessoas, ou seja, afetam aos demais moradores e nos afetam enquanto pesquisadores.

Os usos cotidianos do computador: exemplos etnográficos

Conhecemos primeiramente o jovem Mateus, na época com 17 anos de idade. Ele grafitava um muro de uma creche comunitária. cursava o 1º ano do ensino médio e estava começando a ganhar dinheiro com o grafite. Além de muros e paredes, estava também pintando camisetas, fazendo caricaturas e outros trabalhos que oferecia no Facebook. Mateus, como quase todos os jovens da sua idade, se declarava viciado na internet e tinha mil artimanhas para estar sempre conectado. Quando o sinal de casa falhava, ia para a *lan house* perto da sua casa. Mas, mesmo custando somente 1 real a hora, muitas vezes o Mateus se via “sem um tostão no bolso”, e a solução era frequentar a “casa da vizinha” que “tinha sinal bom”. Era uma troca, explicou-nos Mateus, nos moldes da Teoria da Dádiva (Mauss). Ele ajudava os vizinhos com pequenos favores (tanto em relação a informática: instalando e configurando programas, limpando os vírus etc.), como também fazendo alguma coisa que eles precisassem. Quando ele soube que pesquisávamos o uso do computador nas residências, foi enfático:

[...] Dona, lá em casa, todo mundo mexe no computador. Até meus irmãos menores. Meu pai é DJ e crescemos no meio de fios, microfone, mesa de som, ouvindo e fazendo hip hop. Ajudamos o pai quando ele coloca som nas festas, sabemos fazer de tudo (na mesma hora, interessei-me em conhecer a família, e o Mateus meio constrangido alertou-me:) Tá tudo dominado! Mas olha, a gente é bem pobre. Não repara, tá?

Naquele mesmo dia subimos o morro. A casa da família localiza-se em uma viela bem perto da cruz, onde não passa carro, uma descida íngreme de chão batido. No entorno, alguns jovens que trabalham para o tráfico – que cuidam dos movimentos das pessoas no local. Na descida é possível ver uma antena em cima da casa. Em que pese as condições simples da residência, objetos de informática, monitores velhos, teclados, carcaças de computador,

diferenciando-se um pouco da paisagem local. Normalmente o que se vê nos pátios é material de reciclagem, como papéis e plásticos guardados para a venda. Isso, obviamente, desde o início nos estimulou a entender o que faziam aqueles objetos ali.

A pequena casa tem um número flutuante de moradores: atualmente o pai (Clóvis, 47 anos), a mãe (Sônia, 42 anos) e oito filhos (idades entre 27 e 6 anos). A filha mais velha (Fernanda, 27 anos), casada, mudou-se de Cachoeira do Sul para Porto Alegre com o marido (Paulo, 42 anos), dois enteados (meninos de 11 e 5 anos) e a filha do casal. No início ficaram provisoriamente na casa dos pais dela, “até conseguirem um canto”⁷. Todos os membros da família são muito parecidos, com o mesmo tipo físico; pele clara, cabelos loiros e olhos verdes. Ao longo destes sete anos, a condição dos pais desempregados, que vivem de “bicos” e recebem pelo programa Bolsa Família, se manteve. Já o marido de Fernanda está encostado no INSS e recebe um salário mínimo.

Memórias de campo 1: a primeira visita (há quase uma década)

No dia da minha primeira visita chovia e fazia muito frio, as crianças permaneciam dentro de casa. E, mesmo na ausência do pai e do cunhado, a família mal cabia dentro da pequena sala/cozinha. Clóvis e Paulo tinham ido ajudar a carregar o caminhão de mantimentos doado mensalmente para a comunidade através do Programa Federal Fome Zero.

Conversei com a mãe e com a filha mais velha. Falamos sobre amenidades que sempre conduzem qualquer início de diálogo: sobre o tempo, sobre crianças, a dificuldade de lavar e secar a roupa na umidade, sobre o bebê, e introduzi o assunto da internet. A mãe disse: “Eu nunca mexo, não tenho tempo pra essas coisas”. Já Fernanda disse gostar muito de computador, tem *e-mail*, participa de redes sociais etc., mas, rindo, concordou com a mãe e concluiu: “também não sobra tempo pra mim, principalmente agora”, falou olhando para a filha que estava amamentando. “A senhora acredita que a

⁷ Ao longo do tempo, Paulo construiu uma casa ao lado que é maior que a do sogro. Graças ao emprego conseguido para sua esposa Fernanda, intermediado por nós, a família possuía uma renda fixa de um salário mínimo.

minha filha já é digital? O pai fez um blog para ela, com todas as suas fotos”. As crianças estavam bem agitadas, e notei que elas (mãe e filha) estavam um pouco nervosas e atrapalhadas porque o gás tinha acabado, precisavam aquecer a comida em uma espiriteira a álcool. “Fica quieto!”, gritou a mãe para o seu filho de 10 anos. “Isto explode!”

Percebi então que a minha presença estava atrapalhando e resolvi voltar outro dia. Mateus estava quase sempre on-line; assim, começamos a nos comunicar quase diariamente via redes sociais – e, via computador, agendamos um novo encontro, dessa vez para falar com os homens da casa.

Memória de campo 2: Internet de pobre tem que rezar todo dia para ter sinal bom

Cheguei na hora combinada, e Clóvis e Paulo (respectivamente o pai e o cunhado do Mateus) estavam me aguardando, bem formais, porém logo demonstraram muita curiosidade em saber *exatamente* o que eu fazia e também *exatamente* onde e em que eu poderia ajudá-los. O pai, inclusive, em tom de brincadeira, lançou uma dúvida: “sabe que a senhora parece uma delegada de polícia... Tantas perguntas, quem sabe não está fazendo alguma investigação?”. Repeti os objetivos da pesquisa, e passamos a discutir o acesso à internet. Pedi permissão para gravar nossa conversa e ele concordou.

A entrevista aconteceu em seu ministúdio, um cubículo com telhado sem forro e repleto de equipamentos velhos. Para conseguir ter esse espaço de trabalho, Clóvis explica que “comprou uma briga feia com a mulher”. O novo espaço mudou a configuração da casa, que ficou sem a sala. O pequeno estúdio, separado por uma divisória de madeira, fica ao lado da cozinha e dos dois quartos existentes na casa. No fundo fica o banheiro. Os ambientes são divididos por cortinas de pano. Só os quartos e o banheiro têm porta, e a televisão fica no quarto do casal. O estúdio, que não tem mais do que 2 metros quadrados, é equipado com o material de informática (computadores, monitores), há um microfone grande, uma mesa de áudio para masterização e mixagem. O problema, diz Clóvis, é que só cabem duas pessoas e fica pequeno quando os meninos do *rap* querem gravar.

Ele explicou que possui uma antena direcional parabólica e que consegue acessar várias redes *Wi-fi*. Explica que o ideal seria ter uma antena *omni* direcional, que possui muito mais potência, porém é considerada bastante cara, fora do alcance financeiro, por enquanto. Esclareceu ainda que tem o costume de verificar a velocidade da conexão no *site* <http://www.updata.com.br/minhavelocidade/> e escolhe a rede que estiver mais rápida. Na maioria dos dias, o acesso à internet funciona bem, cujo sinal chega a ter mais do que 1 Mbps. Porém apontou que (Clóvis não sabe bem precisar o porquê) o sinal varia ao longo do dia. “Tem dia que de noite tá ótimo, em outro é de tarde, de madrugada... Eu passo o tempo todo ligado, cuidando.”

Além disso, nos dias de chuva forte e/ou vento, o sinal literalmente *some*, então preciso recomeçar tudo de novo, procurando novas redes. Nas suas palavras: “É instável, mas é gratuita. Fazer o quê, né? É internet de pobre. Temos que rezar todo dia pra ter sinal bom...”

Memórias de campo 3: A frustração de saber sem ter acesso

Depois dessas primeiras informações e apresentações, Paulo (genro de Clóvis) pediu a palavra e deu um testemunho muito contundente sobre a sua trajetória e explicou como a informática foi importante na sua vida. Literalmente começou a falar e não parou mais, como um grande desabafo, que reproduzo a seguir:

Paulo tem 36 anos de idade, é branco, está acima do peso, estatura mediana, cabelos castanhos, expansivo, bom orador e pai de 3 filhos⁸. Ele não concluiu o segundo grau, estudou até o primeiro ano do ensino médio, mas ainda pretende estudar: “Quero fazer faculdade também, sonho em ser assistente social”. É funcionário da Prefeitura de Cachoeira do Sul, “encostado por problemas mentais”. Resolveu reformular a sua vida e decidiu trabalhar em Porto Alegre, junto com o sogro em um “novo negócio relacionado à

⁸ Bem dentro da tradição local de circulação de crianças em camadas populares pesquisada por Fonseca (2002), os dois meninos estavam com o Paulo (pai), porém, como a situação estava muito difícil, pediu ajuda para à sua mãe e à madrinha de um dos meninos para hospedá-los até ele se estabilizar.

informática”. Tem muita esperança e confiança de finalmente prosperar. Já conseguiu inclusive um trabalho relacionado à metarreciclagem⁹ como oficina numa escola municipal.

Contou que estava iniciando e, portanto, possuía muitas demandas. No final da sua fala, Paulo foi bem direto: “Não consegue uns computadores velhos da universidade para nós? Avisa lá que estamos precisando de tudo...”

Paulo fez as contas e disse que já está há cerca de um ano completamente envolvido com a informática e a metarreciclagem.

Foi o Clóvis e seu filho mais velho, Alexandre (19 anos), que me formaram. Devo tudo a eles. Me ensinaram a especular por dentro o computador. Generosamente me passaram todo o conhecimento que eles adquiriram de anos de experiência... Passei muita dificuldade, minha família sempre viveu no submundo do crime, mas eu sobrevivi. Tudo isso eu devo à informática. Minha história se constrói a partir disso.

Fez as contas e viu que já conhece computador há cerca de 20 anos, mas que somente há 1 ano conseguiu comprar um, porém precisou vender para conseguir dar entrada na compra do terreno que fica ao lado da casa do sogro¹⁰. “Conseguí só 500 reais. Não foi um bom negócio, mas não tive escolha. Funciona assim, a gente se aperta e vende, depois tenta comprar de novo. Já a minha máquina fotográfica digital, que também precisei vender pelo aperto, vendi bem; consegui 110 reais”.

⁹ A Metarreciclagem proporciona um novo tipo de saber, possibilitando o conhecimento do funcionamento dos computadores, de seus componentes, desmistificando a tecnologia a partir da apreensão da lógica existente nos *hardwares* (memória, HD, processador etc.) (TAVARES, 2007).

¹⁰ Uns meses depois, Paulo conseguiu um novo computador do lixo. Ele contou que tem uma parceria com um dono de ferro velho, que sempre lhe pede ajuda para analisar o valor dos materiais de informática que recebe e, em troca, ele é o primeiro a ter acesso a esses materiais. Esse computador – “achado” em frente a uma casa em um bairro nobre de Porto Alegre e vendido por 20 reais ao dono do ferro-velho – não estava funcionando, mas, nas suas palavras, “foi uma barbada arrumá-lo. Era só a fonte queimada. O Clóvis me ajudou com o monitor, teclado, e agora estou muito feliz, com uma máquina ótima, uma Pentium IV, HD de 80 Gb, 512 de RAM, com possibilidade de melhorar a memória”.

Memórias de campo 4: tentando reconstruir a vida pelo mundo digital!

Apesar das queixas, Paulo enfatiza o papel central que a tecnologia digital teve na sua vida, até nos momentos mais sombrios. Paulo conta que possui um longo histórico com o uso de “substâncias psicoativas”, que deixaram sequelas na sua saúde física e emocional. “Perdi muito, foram páginas em branco na minha vida.” Durante muitos anos, além de usuário, também foi traficante de drogas. Acabou na rua, na mendicância por quase um ano. “Fui para o fundo do poço e, por incrível que pareça, a reconstrução da minha vida se deu a partir da minha inserção ou (re)inserção no mundo digital.” Em 2002, ele conheceu um grupo de apoio – CAPS,¹¹ de Novo Hamburgo –, que lhe disponibilizou um tratamento multidisciplinar com médicos, psiquiatras, assistente social e uma psicóloga. Esses profissionais conseguiram resgatar muitas coisas que, nas suas palavras, “estavam perdidas na minha vida. Uma dela é a criação de um e-mail e a possibilidade de eu me comunicar com pessoas que estavam passando pela mesma coisa que eu”. Entrou nos Alcoólicos Anônimos (AA) e revela que a internet possibilitou uma nova vida, uma nova sociabilidade. Possui muitos contatos, companheiros da irmandade da qual faz parte e dos diversos programas e ações das quais participa. São inúmeros os eventos, todos ligados à saúde mental. Paulo inclusive já foi à Argentina e a muitos lugares dentro do país para encontros motivacionais. Em 2010 ministrou 12 palestras, inclusive na Universidade Luterana (ULBRA), sempre contando a sua trajetória de superação. Está há quatro anos e meio em abstinência total e confessa estar ciente de que o resto da sua vida terá que lutar para não recair.

Em outra oportunidade em que conversamos, ele preparou o que chamou de uma pequena “surpresa” para nós. Disponibilizou um CD com todo o seu material de trabalho e as apresentações que ele utiliza nas suas palestras. “Minha vida está nesse CD, todo o meu trabalho.” São inúmeras

¹¹ Centros de Atenção Psicossocial no Rio Grande do Sul – criados para ressocialização de usuários do sistema de saúde mental – em hospitais públicos e hospitais conveniados ao SUS.

montagens em *Power Point*, com música e com mensagens motivacionais e algumas com teor religioso e com forte cunho moral. Mostrou-me algumas com muita emoção. Disse que normalmente as pessoas choram ao ouvi-las. Ao mostrar essas mensagens motivacionais, Paulo o faz com tanto júbilo e orgulho que parecem ser de sua autoria. Ele e Clóvis, quando consertam os computadores, colocam essas mensagens na memória do computador. Em suas palavras: “[...] trabalho de formiguinha, mas que dá resultado. Através delas, falamos direto no coração das pessoas!”. Também nas festas da Associação e nas festas particulares que sonorizaram, eles sempre utilizam com muito sucesso essa técnica. Paulo mostra como seu trabalho com informática é ao mesmo tempo técnico e moral.

O relato a seguir é de um episódio que sublinha a familiaridade, a destreza e o conhecimento em informática que Clóvis possui. Quando eu estava de pé, me despedindo e pronta para ir embora, reconheci a minha voz no seu computador. Com um sorriso, revelou: “Também gravei a nossa conversa”. Clóvis gravou no seu computador, em um programa da Sony (*Sound Forge 10*), para profissionais, que edita o som e que é muito superior ao meu pequeno gravador. “Se te ajuda, eu te mando por *e-mail*...”

Memória de campo 5: Evoluindo aos poucos!

Clóvis é baixo, tímido, fala pouco e lhe faltam alguns dentes. Isso o incomoda muito. “Não posso rir que fica muito feio. Me envelheceu, tenho vergonha.” É natural de São Gabriel, mas cresceu em Cachoeira do Sul. Estudou pouco (não concluiu o primeiro grau), casou cedo, com 19 anos de idade e, quando já tinha 3 filhos, veio com a família “tentar a vida na capital”. No início, a família morou com parentes, mas depois, com muito trabalho, principalmente na construção civil, conseguiu comprar o terreno onde moram¹².

¹² A moradia é irregular, pois fica numa área de risco que é considerada, também, área de proteção ambiental. Por isso, os serviços públicos fundamentais (água, luz, esgoto e coleta de lixo) não atendem à população do lugar. Mesmo assim, com o passar dos tempos, os terrenos – ainda que irregulares – começaram a ser vendidos na região.

Com o tempo, surgiu uma oportunidade de trabalho em uma empresa da construção civil. Clóvis conseguiu uma vaga no departamento voltado à parte elétrica, especializando-se assim nesse ramo, indo depois, inclusive, trabalhar como eletricitista em uma grande empresa. Porém, a firma faliu, e ele ficou desempregado. Clóvis não conseguiu outro emprego de carteira assinada.

Comecei a viver de bico, consertando coisas pras pessoas; rádio, TV, eletrodomésticos etc. Quando num dia desses, em meio a mais uma troca, um cliente meu me ofereceu um tanto em dinheiro e um computador por uma TV grande que eu estava vendendo. No momento nem pensei duas vezes, aceitei logo; este foi então o meu primeiro computador. Era um dos primeiros MK-6. Buscando informações daqui e dali, fui descobrindo e aperfeiçoando e pegando gosto pela informática cada dia que passava... Eu ia descobrindo aos poucos, depois fiz curso de Word, fui me adaptando. De lá pra cá, vim evoluindo, aos poucos veio o Pentium 2, Pentium 3, Pentium 4, Vista Seven etc. Foi uma boa época de aprendizagem.

Uma pessoa que foi fundamental na formação de Clóvis em informática foi o Magaiver (um vizinho autodidata que é um fuçador conhecido no Beco), que lhe ensinou os “primeiros passos” da computação, além de ter lhe convidado para fazer parte do projeto denominado Morro da Cruz para a Vida, patrocinado pela instituição religiosa católica Leonardo Murialdo. Mesmo não ministrando oficinas, sua função era mais técnica: “Sempre fui aquele cara que faz tudo, que sabia ligar os equipamentos, conectar, plugar os fios”. Foi neste projeto que Clóvis diz que aprendeu o que chamou de “linguagem do social”.

Memória de campo 6: o saber informático não abre automaticamente as portas

Uma possibilidade para sair da vila seria através da ascensão socioeconômica dos filhos. Assim, não é por acaso que Clóvis aposta no seu filho, Alexandre (atualmente com 26 anos de idade), o mais velho e *herdeiro* do conhecimento do pai, por quem demonstra muito orgulho da inteligência e da habilidade com o universo da eletroeletrônica. Contou que o básico ele transmitiu, mas que “o resto, o Alexandre foi fuçando, pesquisando na internet. Tu não sabe de um emprego pra ele? Tenho certeza de que ele iria arrasar. É um guri muito bom, apesar de ser meio estranho. Ele é tímido, quase não fala, teve uns probleminhas de saúde na infância...”.

Respondi que nessa área (informática) existiam muitas possibilidades, e que recentemente havia lido uma reportagem sobre a falta de profissionais¹³ no setor de informática e a grande oferta existente de empregos. Clóvis, descrente, acrescentou: “Essas vagas são pros ricos. Como é que eu não consigo emprego? Claro, eu tenho 41 anos, sem diploma, sem dentes, pobre, não me querem...”. De fato, não foi difícil conseguir um teste para o Alexandre, porém o telefonema da empresa pedindo que voltasse em uma semana com a Carteira de Trabalho virou o que o Clóvis definiu como um *problema*. Alexandre só tinha, como documento, uma velha e amassada certidão de nascimento. Consultamos a internet para verificar a documentação necessária para conseguir a Carteira e constatamos que a lista era grande: CPF, fotos, Carteira de Identidade e, o que é a maior dificuldade para muitos moradores de vilas e favelas, o comprovante de residência. A família de Clóvis possui água e luz de modo irregular, não têm uma conta, um endereço formal. E esse fato é impeditivo de abrirem crediário em lojas, terem conta bancária, e agora também é um problema para a obtenção da documentação.

¹³ Reportagem: “Falta de mão de obra qualificada nas empresas de TI”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2011/02/profissoes-na-area-de-exatas-estao-entre-mais-requisitadas-no-brasil.html>>. Acesso em: 14 out. 2011.

Decidi ir junto com Alexandre ao centro. Ele revelou que raramente saía do Morro e que, como não estuda mais, fica sempre em casa e pelos arredores. É normal ouvir entre as crianças e jovens quando saem do morro: “Vou para Porto Alegre”. Isso mostra, sob vários aspectos, o grau de isolamento da cidade como um todo. Indagado sobre o seu nível de escolaridade, Alexandre não soube precisar se estudou até a sexta ou sétima série, pois há uns dois anos, no final de ano, abandonou a escola por ser algo “muito chato”, e não sabe se passou de ano ou não. “Simplesmente larguei, não fui mais.”

Desse modo, fomos à Central de Serviços ao Cidadão – TudoFácil (que jocosamente é conhecido pela população que o frequenta como TudoDifícil), órgão do Governo Estadual que objetiva facilitar a vida dos porto-alegrenses oferecendo em um único espaço físico os serviços públicos mais demandados. Logo já surgiram os problemas: no balcão, para a feitura da Carteira de Identidade (CI), a servidora não queria aceitar a certidão de nascimento do Alexandre, alegando estar “muito velha”. Explicamos que tínhamos urgência, que faltavam muitos outros documentos e conseguimos avançar. Fomos aconselhados a voltar com o número do CPF, para que este constasse na nova carteira. Então, novos problemas surgiram: como Alexandre já era maior de idade, é necessário apresentar o Título de Eleitor. Esse documento não pode ser feito no TudoFácil e, quando estávamos nos deslocando para o Tribunal, a funcionária, solidária com o nosso desafio, veio até nós e perguntou ao Alexandre: “Você já fez o alistamento militar? Se não, nem adianta ir até lá, pois o Tribunal exige o certificado de quitação militar”. Novo impasse. Era preciso então procurar o órgão do exército responsável, a Junta de Serviço Militar (FSM), para regularizar a situação.

Fomos então até a região dos quartéis, no centro de Porto Alegre e, depois de muita procura, chegamos ao Centro de Recrutamento. Retiramos uma ficha e, após algum tempo, um sargento veio nos atender. Perguntou a idade do Alexandre (20 anos de idade completos). O semblante do sargento ficou muito sério e com a voz exaltada, quase gritando, disse que o Alexandre estava cometendo um crime previsto na Constituição, que ele poderia inclusive ser preso, que ele, perante a lei, era considerado um refratário; enfim, nos

assustou bastante. Perguntei qual seria a solução do impasse, e o sargento respondeu que só em seis meses, no início do ano (precisamente em janeiro de 2012), ele poderia ser regularizado. Explicamos que ele estava precisando fazer a Carteira de Trabalho e que não poderia esperar.

O sargento, irredutível, nos aconselhou a procurar a justiça: “Só via mandato judicial vocês conseguem”. Não foi preciso tanto; insistimos um pouco mais e o Alexandre conseguiu dar entrada no processo de alistamento, pagando uma multa irrisória (no valor de 1 real) e, com isso, disparar todo o processo: certificado militar, título eleitoral, CPF e carteira de identidade para, por fim, conseguir a carteira de trabalho. Importante ressaltar que mesmo estando na era da informação, da virtualidade, das facilidades eletrônicas que potencialmente a internet proporciona (disponibilizando serviços governamentais on-line), o que vimos nesse episódio foi que ainda impera a burocracia, a necessidade da presença física, o uso das relações pessoais (no caso, através do capital social e simbólico da pesquisadora) para se conseguir ter acesso a um documento básico para qualquer trabalhador.

Ou seja, o *e-government* (conjunto de serviços e o acesso a informações que o governo oferece à população por meios eletrônicos) nesse caso não ajudou o Alexandre a conseguir seus documentos. Passados alguns dias, Alexandre foi ao centro buscar a Carteira de Trabalho. Ele conseguiu uma pasta de papelão e agora reúne toda a sua documentação, fotos, bem como guias antigas, senhas de espera, todos os papéis que nos deram nos diferentes órgãos visitados nessa pasta.¹⁴ Com orgulho, falou: “Agora até votar já posso”.

Alexandre começou a trabalhar. Ele foi contratado para a parte de manutenção e de suporte técnico para os computadores da empresa e não tem

¹⁴ Para Etcheverry (2007), “a diferença mais tácita entre ter e não ter documentos está no grau de autonomia. Sem documentos, não é possível, em princípio, alugar moradia, ter conta bancária, trabalhar ou ir à escola [...]. Porém, falar em documentação implica não somente pensar no acesso a direitos, mas também traz à tona aspectos da vida dos sujeitos relativos à percepção de si mesmos e da sociedade, à manutenção e reinvenção de antigas lealdades e criação de novos laços de solidariedade, bem como a avaliações do seu estar no mundo. [...] O documento não é apenas uma forma de se identificar, mas também uma garantia, perante os outros, de pertença e aceitação” (ETCHEVERRY, 2007, p. 148).

contato diretamente com o público. A maioria dos seus colegas possui o segundo grau completo, cursos técnicos em informática, e muitos já estão formados ou estudando em universidades. Ou seja, o que impera na empresa é o conhecimento e a educação formal, coisas que o Alexandre não possui. Ele tem outro tipo de habilidade/capacidade. A necessidade fez com que aprendesse a consertar equipamentos eletrônicos, adaptasse soluções com poucos recursos, aprendesse a se virar, como ele mesmo definiu o que sabe de informática. “Sei me virar, sei fazer funcionar.”

Ele contou que, nos primeiros dias, teve alguns problemas. Durante uma semana, foi e voltou “a pé” do trabalho (cerca de 10 km de distância), pois gastou o dinheiro recebido antecipadamente, porém com vale-transporte isso acabou. Sua “adaptação” não foi muito fácil, e sempre estão surgindo novos problemas. Ele contou com humor que, logo nos primeiros dias no seu emprego, o gerente da empresa lhe chamou e pediu que ele caprichasse mais no visual e tomasse banho antes de ir trabalhar. “Me acharam fedorento...”, disse dando os ombros.

Nesse sentido, Alexandre está vivendo um “choque civilizatório”, pois novos valores e práticas estão sendo introduzidos a partir da sua inserção no mercado de trabalho. Não é possível, nesse artigo, analisar essas diferenças entre os distintos grupos sociais, mas é importante situar as transformações psicológicas e pressões que Alexandre sofre nessa sua “nova vida social” que começa a partir do emprego formal. Ter emprego aqui envolve uma série de mudanças no indivíduo e, muitas vezes, este não está sequer preparado – considerando que estamos falando de um jovem (e todos os conflitos que isso sugere). O “habitus”¹⁵ desse novo grupo é, para ele, novidade. São códigos que ele não domina e, na verdade, sequer faz parte de algo idealizado, imaginado ou que despertasse interesse.

Com o seu primeiro salário, comprou um celular moderno “de toque”... porém me disse que o que ele “sonha” ainda não deu para comprar. “Para

¹⁵ O sentido de habitus aqui corresponde à definição de Bourdieu (2005): “[...] uma maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou um inclinação”. Neste caso estamos nos referindo a um “habitus” de classe.

o próximo mês”, respondeu ele. “O que seria?”, perguntei-lhe curiosa. “Um *tablet*”, “Por que não um computador?” Ele respondeu que tem um computador velho, reciclado, mas “quero gastar meu dinheiro é com tecnologia, com novidades. O *tablet* é o futuro. E eu quero isso pra mim”.

Quando estava empregado e recebendo – com os benefícios do vale-alimentação – um pouco mais do que o salário mínimo, Alexandre sentia os efeitos e, conforme suas palavras, “virei o rico da família, *todo mundo fica me pedindo coisas*”. Ele comprou um modem 3G, que é muito disputado por todos os membros da casa. Além disso, Sonia, sua mãe, contou-me orgulhosa que o filho a tinha levado a Cachoeira do Sul para que ela finalmente pudesse visitar o túmulo da mãe no cemitério, que faleceu há mais de dois anos e ela nunca teve condições financeiras de ir até lá.

No entanto, os conflitos ainda continuam. Há pouco tempo, Alexandre quase foi novamente demitido do emprego. Ele contou que, com o seu último salário, comprou um pequeno e moderno *notebook* “usado” no Morro da Cruz (o antigo proprietário até lhe forneceu um recibo de 300 reais!). Ele decidiu levar o equipamento e mostrar aos seus colegas. Porém eles logo avaliaram que o equipamento era roubado, afinal um novo custa nas lojas mais de 1.500 reais e aquele estava sem os cabos, as licenças, os acessórios etc. Portanto, não era “legal”.

Interessante analisar os desdobramentos desse episódio: os colegas não aprovaram e inclusive o denunciaram para a direção da empresa, alegando que havia um funcionário “receptor de material roubado”. Ele foi chamado para dar explicações aos seus chefes e quase foi demitido. Na sua lógica, entretanto, ficou muito surpreso com a reação das pessoas pela sua aquisição e sustentou que não havia feito nada de errado: “Até recibo eu tenho. Paguei 300 reais. Por que não posso? Todo mundo que eu conheço faz isso. Por que a gente precisa comprar tudo em loja? O *notebook* pode não ser roubado; pode ser achado, dado... Vai saber!”.

Lentamente Alexandre incorpora os códigos existentes no novo grupo e começa a mostrar sinais de que está adaptando suas emoções e o sentimento de vergonha. “Tenho caprichado, mas é difícil agradar por aqui...”

Tudo que eu sei, digo ou faço tá errado!” Infelizmente, com alguns meses de trabalho Alexandre voltou para casa, onde fica em algum canto ajudando a família e fazendo pequenos consertos com o pai. De alguma forma, o modo de vida do pai se converte em legado ao primogênito.

Notas finais

Conforme os relatos de campo expostos acima, a família Silva no início da nossa pesquisa possuía em casa dois computadores considerados antigos para os padrões de mercado: um Pentium III e outro Pentium IV (lançados no início do ano 2000), porém, apesar de serem PC considerados defasados, possuíam memória e placa de vídeo para jogos. É possível, portanto, dizer que dizer que estão, mesmo em condições precárias, incluídos digitalmente, uma vez que possuem equipamentos, acesso à internet e domínio da tecnologia, porém, estão excluídos socialmente, conforme os códigos sociais e os direitos de cidadãos descritos, por exemplo, na acessibilidade aos serviços do Estado. E todos esses artefatos por si mesmos não são capazes de produzir transformação para fora do espaço onde habitam. Mesmo numa perspectiva microssocial, ainda que novas oportunidades e relacionamentos façam parte do cotidiano de algumas pessoas, esses artefatos ainda não são capazes de produzir algum tipo de autonomia na esfera pública. Uma primeira leitura dessa cena nos leva à desconstrução acerca do discurso hegemônico sobre os benefícios da tecnologia, como se as iniciativas relacionadas ao computador melhorassem automaticamente as condições de vida, mostrando-se uma importante ferramenta para o fim da pobreza, da marginalização e da “exclusão”.

Nossa experiência no Morro da Cruz mostrou que essas buscas por tecnologia são feitas, em sua maioria, por homens desempregados que viram nos artefatos tecnológicos e na conectividade uma saída para sua condição socialmente definida de “desqualificados”. Atuando na fronteira da legalidade/ilegalidade, entre transformadores e infratores, a partir de recursos mínimos aprendem e transmitem o conhecimento para vizinhos e amigos. Da mesma forma, como no caso de Alexandre, cuja propriedade de seu

computador comprado no “mercado do morro” foi questionada (sabemos que vendas pessoais de computador são muito comuns) por seus colegas de trabalho, o uso da tecnologia no contexto pesquisado funciona às margens das iniciativas do Estado, do cotidiano das empresas e das formas de fazer hegemônicas.

No dia a dia com essas pessoas, nas negociações e nas formas de fazer, acabamos por participar de diferentes formas em campo. A conectividade das redes lentamente abre uma perspectiva para as interações produzidas entre trocas locais, consertos e outras formas de negociação. Paradoxalmente, as redes sociais aproximam pessoas que moram próximo umas das outras. Convivendo com razões práticas e econômicas, que tornam o computador algo bem utilitarista e pragmático (como uma ferramenta capaz de ajudar os sujeitos a darem um salto socioeconômico nas suas vidas), existem outras dimensões importantes, e o computador pode ser também assimilado e usado dentro de outra lógica e dentro de uma série de prioridades sociais, artísticas e lúdicas, que denominamos ao longo deste capítulo de “tecnologias que afetam”.

Dialogando e tensionando com as narrativas estigmatizadoras, redutoras e economicistas do senso comum em relação aos membros das classes populares – que basicamente defendem uma espécie de hierarquia entre as necessidades humanas –, volto à reflexão do Elias (2001), que aponta para outros *impulsos* que também fazem parte das necessidades do ser humano e são igualmente importantes. Especificamente nessa família podemos perceber que o impulso deles – o que os move – é a afetação produzida por esse conhecimento novo e que os motiva a compartilhar, por exemplo, com os vizinhos. Além disso, o saber de alguma forma os diferencia: seja pela música, pelo trabalho social, pelo desenho, pela tecnologia... São afetações que representam – inclusive – um reconhecimento para “dentro” e para “fora” do seu território local – com a articulação de novas redes, contatos com pessoas pertencentes a outros grupos locais (como no caso dos pesquisadores) que, de alguma forma, habitam o lugar e são parte do que chamamos de paisagem. Entretanto, o tempo de desenvolvimento e a forma como se dão esses processos – por

conta das formas de fazer – não correspondem aos processos típicos de outra classe. Além disso, as condições de precariedade do lugar continuam. Em que pese o novo fornecedor de internet (via rádio) espalhar acesso pela região, em que pesem o fato de muitos terem computador, o acesso à escola e à oferta de serviços públicos continua nenhuma. E, pelo menos por enquanto, muitos ainda repetem que “vão à Porto Alegre” quando precisam informar uma saída do morro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABU-LUGHOD, Lila. Interpretando las(s) cultura(s) después de la televisión: sobre el método. *Revista de Ciencias Sociales*, Equador, n. 24, 2006. Disponível em: <http://www.flacso.org.ec/docs/i24abu_lughod.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2017.
2. BARBOSA, Alexandre. **Cuidado, a internet está viva!** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2005.
3. BARROS, Carla. Games e redes sociais em lan houses populares: um olhar antropológico sobre usos coletivos e sociabilidade no “clube local”. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2008.
4. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas** – Sobre a teoria da ação. Campinas: Papiros, 2005.
5. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, vol. 1.
6. ETCHEVERRY, Daniel. **Identidade não é documento: narrativas de ruptura e continuidade nas migrações contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
7. FONSECA, Claudia. **Família, Fofoca e Honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
8. GUEDES, Simoni Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. **Caderno CRH**, Salvador, n. 29, 1998.
9. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

10. ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Goiânia: Editora Nova Letra, 2006.
11. PEREIRA, Vanessa Andrade. Entre games e folgações: apontamentos de uma antropóloga na lan house. **Etnográfica**, Lisboa, v. 11, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612007000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2017.
12. RABINOW, Paul. **Reflexiones sobre un Trabajo de Campo en Marruecos**. Madrid: Ed. Júcar Universidad, 1992
13. RIFIOTIS, Theophilos et al. **Antropologia no ciberespaço**. Santa Catarina: Editora UFSC, 2010.
14. SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Exclusão digital – A miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
15. SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **CEBRAP**, São Paulo, n. 72, 2005.
16. TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.